

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ E A EMPRESA

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666, de 21.06.93, suas alterações e demais legislações pertinentes, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, pelo **Pregão Eletrônico nº/.....**, PAD 12355/2021, Termo de Abertura de Licitação nº/....., e a Proposta Vencedora, de um lado o:

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR; CEP: 80220-902, telefone: (41) 3330-8500; regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, de outro, a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº., com sede, nº, Cidade/PR,, CEP:, telefone:; e-mail:; neste ato representada por, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços, sob demanda, de **manutenção predial corretiva e de reparos**, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra qualificada para os serviços a serem realizados nos prédios do TRE/PR situados em Curitiba, Região Metropolitana e Região Litorânea, conforme especificações constantes neste Termo de Referência – Anexo I e demais anexos.

1.2 – A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no instrumento convocatório do Edital de Licitação, no Termo de Referência, ANEXO I, e demais anexos do Edital, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, por **empreitada por preço unitário**, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

1.4 – A CONTRATADA não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do TRE/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

2.1 – Todas as condições da prestação dos serviços nos imóveis estão descritos no item 2 do Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

3.1 – Todas as obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA estão previstas no Termo de Referência – Anexo I.

3.2 - A CONTRATADA deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como por todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente contrato vigorará **por 30 (trinta) meses, de xx/xx/20xx a xx/xx/20xx**, podendo ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses, observado o interesse público, de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 – A despesa com o presente instrumento correrá pelo:

Programa de Trabalho.....;
Nota de Empenho:....., emitida em .../.../...;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica:;
SIASG: 1627.

CLÁUSULA SEXTA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 – Os serviços serão acompanhados pela chefe da Seção de Manutenção dos Imóveis da Capital, Região Metropolitana e Litoral (**SMICRE**) e/ou pelos seus substitutos, que serão os gestores da contratação, mediante assistência e subsídios de empresa contratada para esse fim.

6.2 - Nos termos da Lei 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, **cabará aos gestores:**

6.2.1 - Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;

6.2.2 - Comunicar à CONTRATADA via e-mail, carta ou ofício, os problemas relacionados à execução do objeto, fixando prazos para solucioná-los ou para correções dos defeitos ou irregularidades encontradas;

6.2.3 - Se a inexecução persistir, o gestor do contrato deverá criar um PAD específico de abertura de **Processo Administrativo** e encaminhá-lo à Coordenadoria de Infraestrutura

Predial, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, constante de formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de **abertura de Processo Administrativo**, com o respectivo comprovante de recebimento pela Contratada.

6.3 - O gestor dará assistência ao fiscal da contratação, nos termos da Lei nº 8666/93, para o cumprimento de suas funções relativas ao acompanhamento, vistoria e verificação do serviço demandado. Juntamente com o gestor da contratação, o fiscal deverá receber e atestar a nota fiscal referente à prestação dos serviços, encaminhando-a ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE/PR para pagamento.

6.4 – Não serão atestados os serviços cuja execução ou os materiais empregados estejam em desacordo com as especificações deste contrato.

6.5 - Ao Gestor caberá enviar o pad, anualmente, para a concessão de reajuste, observando as condições estabelecidas na Cláusula pertinente a reajuste, à apreciação da Seção de Cálculos Contratuais e Apoio à Terceirização – SCCAT, para análise e cálculo do Reajuste pelo índice indicado neste contrato, o qual após os demais trâmites internos será apostilado pela Seção de Contratos- SCON.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, **o valor total máximo estimado para todo o período contratual de R\$ 409.243,77 (quatrocentos e nove mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos) e, o percentual de desconto mínimo aceitável é de%.**

7.1.1 - Para a contratação dos serviços, deverá ser observado que, sobre todos os preços da tabela SINAPI e/ou aqueles resultantes das composições analíticas de fontes não SINAPI (a exemplo do ORSE, CPOS, SBC, EMBASA, IOPES, SETOP, dentre outros), sejam insumos ou custo de serviços, deverá incidir o percentual de desconto acima.

7.2 – Do documento fiscal:

7.2.1 – O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR no e-mail smicre@tre-pr.jus.br, em formato “.pdf”, ou poderá ser incluída em sistema específico indicado pela Contratante, a exemplo do CONTRATOSGOV, sendo igualmente direcionado ao Gestor.

7.2.1.1 – Deverá conter o nome e número do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria CONTRATADA.

7.2.1.2 – O CNPJ cadastrado no sistema Comprasnet, para fins da contratação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

7.2.1.3 – Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio da eventual matriz ou filial da mesma empresa contratada. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.2.1.4 – Outras especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;

- b) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- c) Data de emissão da nota fiscal;
- d) Descritivo dos valores unitário e total;
- e) Número do contrato ou nota de empenho;

7.3 – Prazo para emissão e apresentação da nota fiscal pela empresa: até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, de cada etapa, da prestação de serviços pelo TRE/PR (fiscal da contratação).

7.4 – A nota fiscal/fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento, e sendo necessário, proceda a conferência das certidões exigidas.

7.5 – Deverá obrigatoriamente apresentar junto com a nota fiscal documento comprobatório de descarte ecologicamente correto dos entulhos. Será aceito o documento MTR – Manifesto de Transporte de Resíduos, detalhando quais tipos de materiais foram levados e para onde.

7.6 – Caso a CONTRATADA esteja inadimplente quanto à documentação habilitatória, conferida pelo CONTRATANTE para cada pagamento, estará sujeita à abertura de processo administrativo, visando regularizar a documentação, sob pena de ser aplicada a sanção de advertência.

7.7 – Das condições do pagamento:

7.7.1 – O pagamento será efetuado, **de acordo com os serviços executados durante o mês**, mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

7.7.2 – Prazo **para atestado da nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

7.7.3 – Prazo para **pagamento** da nota fiscal: **até 20 (vinte) dias** após o atestado da nota fiscal pelo gestor.

7.7.3.1 – Se o valor a pagar for até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e duzentos reais), **o prazo para pagamento será de 05 (cinco) dias úteis após o atestado** realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

7.7.4 – Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.7.5 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.2.1.3.

7.7.5.1 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.7.6 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato e/ou anexo (s).

7.7.7 – DA CORREÇÃO MONETÁRIA: Na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da CONTRATADA, e serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **$EM = I \times N \times VP$**

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%);

$I = (6/100)/365$.

7.8 – Da regularidade fiscal:

7.8.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.8.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.8.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência, poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

7.8.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.8.2.1 – As consultas, de que tratam as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

8.1 – Da substituição tributária:

8.1.1 – Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. 116/2003 e L. C. 123/06, conforme o objeto da contratação.

8.2 – Dos tributos federais:

8.2.1 – Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

8.2.2 – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), não haverá a retenção de que trata o item acima.

8.2.3 – A nota fiscal, de cuja empresa contratada seja optante do Simples, deverá estar acompanhada da declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - Anexo

IV.

8.3 – Da retenção previdenciária:

8.3.1 – Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

8.4 – Da retenção do ISS:

8.4.1 – Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C.116/03.

8.4.2 – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (Simples), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

8.4.3 – Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA NONA: DA GARANTIA

9.1 - Para cumprimento das obrigações ora contratadas, a empresa deverá apresentar garantia impreterivelmente até **15 (quinze) dias úteis**, após a assinatura do contrato, no valor de R\$ (.....), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, conforme § 2º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, cabendo à empresa optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

II - Seguro garantia.

III - Fiança bancária.

9.1.1 - O Seguro garantia ou fiança bancária deverá ter número, nome do banco emitente, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

9.1.2 - A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia com vista ao cumprimento do prazo estabelecido no item 9.1, sendo que, uma vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita as penalidades cabíveis.

9.2 - As garantias estabelecidas no item 9.1 deverão ser emitidas em real e ter a validade mínima de **03 (três) meses** além da vigência contratual.

9.2.1 - A devolução da garantia fica condicionada a assinatura do termo de recebimento definitivo da obra. A liberação da garantia será feita pelos Gestores da contratação no TRE/PR em até 10 (dez) dias do recebimento definitivo, após verificar a plena satisfação de todas as obrigações contratuais, o que também inclui, o recolhimento de todos os tributos e taxas e ainda após a apresentação de Alvará de Construção, se o caso.

9.3 - No caso do contrato ser prorrogado a empresa deverá prorrogar a garantia no prazo de até 10 (dez) dias após solicitação pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE E DA REVISÃO

10.1 – O contrato será reajustado de acordo com a Lei nº 8.666/93, após decorridos 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta (data de abertura da licitação), segundo a tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), editada pelo IBGE/Caixa Econômica Federal, vigente no mês de adimplemento dos requisitos para a concessão de reajuste, e posteriormente a cada período de 12 (doze) meses, ou na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

10.1.1 – A concessão do reajuste dar-se-á retroativamente à data do termo final do interregno de 12 (doze) meses, da data da proposta (data de abertura da Licitação), após devidamente analisado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei 8666/93 e art. 7º, da Lei 10.520/2002.

11.1.1 – A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a CONTRATADA à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução contratual, que serão classificadas em 04 (quatro) níveis:

I – leve: inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade;

II – média: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade;

III – grave: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade;

IV – gravíssima: inadimplemento ou falha que impede a execução normal do contrato, desconfigurando sua finalidade ou impossibilitando sua continuidade.

11.1.2 – São condutas que podem ensejar o descumprimento deste contrato, graduadas em LEVE, MÉDIA, GRAVE E GRAVÍSSIMA, de acordo com a gravidade e os prejuízos causados à Administração, em consonância com os preceitos da lei, para fins de aplicação de penalidades:

a) considera-se multa LEVE: não executar limpeza diária ao final de cada serviço; deixar de arrumar os materiais empregados na execução do serviço de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio e às portas ou saídas de emergência; não emitir a nota fiscal dentro do prazo; encaminhar nota fiscal com falta de documento;

b) considerada multa MÉDIA, caso do preposto que não responde às mensagens no prazo estipulado pelo gestor, sendo considerada conduta reiterada a pluralidade de ações semelhantes, ou seja, mais que 02 (duas) vezes no mesmo mês ou 05 (cinco) vezes em meses diferentes/ano);

c) considera-se GRAVE: atraso injustificado maior que 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório na entrega do objeto; a não entrega do ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou o RRT (Registro de Responsabilidade técnica) emitidos e

recolhidos no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo); deixar de manter o pessoal técnico e especializado devidamente uniformizado e identificado sob sua supervisão; deixar de fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso; deixar de apresentar o documento comprobatório da destinação ecologicamente correta dos resíduos – Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).

d) considera-se GRAVÍSSIMA, a não entrega do objeto; prejuízos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros na execução dos serviços; apresentar qualquer atitude que importe na inexecução total do contrato, tais como o não fornecimento da mão de obra, peças ou de ferramentas, que impossibilite sanar demandas do CONTRATANTE, bem como a cessação da prestação dos serviços, que impliquem rescisão unilateral da contratação;

g) a reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a CONTRATADA à penalidade de natureza GRAVÍSSIMA imediatamente, podendo implicar em rescisão unilateral do contrato.

11.1.3 – Com fundamento no acima disposto, bem como nos preceitos dos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo do desconto à fatura respectiva:

a) Advertência: Para faltas leves, inadimplemento da CONTRATADA quanto à documentação habilitatória, conferida pelo CONTRATANTE para cada pagamento, estará sujeita à abertura de processo administrativo, visando regularizar a documentação.

b) Multa de 1,0% (um por cento) ao dia pelo atraso na entrega do objeto ou na execução dos serviços ou pelo atraso no cumprimento dos demais prazos e obrigações estipuladas, incidente sobre o valor total do contrato, limitado a 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 30 (trinta) dias. A partir do 31º dia de atraso será considerada inadimplência total;

c) Multa DE 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura para o cometimento de infrações de natureza MÉDIA;

d) Multa DE 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura para o cometimento de infrações de natureza GRAVE;

e) MULTA de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato para o cometimento de infrações de natureza GRAVÍSSIMA.

11.2 – Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação ocasionados quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

11.2.1 – As sanções previstas no item 11.1.3, poderão ser cumuladas com a sanção prevista no item 11.2.

11.3 – As multas imputadas à CONTRATADA cujos montantes sejam superiores ao mínimo

estabelecido pelo Ministério da Economia¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

11.4 – A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 – Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos artigos. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

12.2 - Será também causa de rescisão se a CONTRATADA alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 – A Contratada deverá observar as cláusulas referentes à proteção de dados informadas no item 4 do Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS

14.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1 – Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

15.2 – E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, de de 2022.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral TRE/PR
P/ CONTRATANTE

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012.